

CERTIDÃO

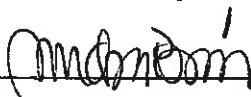
_____ Eu, abaixo assinada, **Notária** deste Cartório, **certifico** que: _____

_____ **1** - A presente certidão, composta por quarenta e oito folhas, incluindo esta, utilizadas numa só face, devidamente numeradas e rubricadas, as quais têm aposto selo branco, foi extraída de certidão, emitida pela Embaixada de África do Sul de Lisboa, em dezoito de Julho de dois mil e sete, arquivada neste Cartório sob o número cento e catorze do maço de documentos respeitante ao livro de notas para escrituras diversas número quarenta e um. _____

_____ **2** - Está conforme o original. _____

Odivelas, dez de Novembro de dois mil e dezasseis.

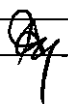
A Notária,



(Sandra Cristina Vieira Ramos Neves de Oliveira Monteiro Brás)

Cédula Profissional número 206

Conta conferida e registada sob o nº 252 – Factura emitida





Livro 41 Fís. 120
Doc. 114 Fís. 964
Data 3, 8, 2007

207

Ref: CONS/1/1

Eu, abaixo assinado, **M.J. JELLE**, Adido Consular da Embaixada da República da África do Sul em Lisboa, certifico que o anexo marcado com a letra "B" é uma tradução correcta na língua Portuguesa, do documento na língua Inglesa, o anexo marcado com a letra "A".

Mais certifico que o anexo marcado com a letra "A" é uma cópia fiel da lei de sucessão em vigor na República da África do Sul.

Estes documentos foram unidos e selados com o selo oficial da Embaixada da República da África do Sul em Lisboa.

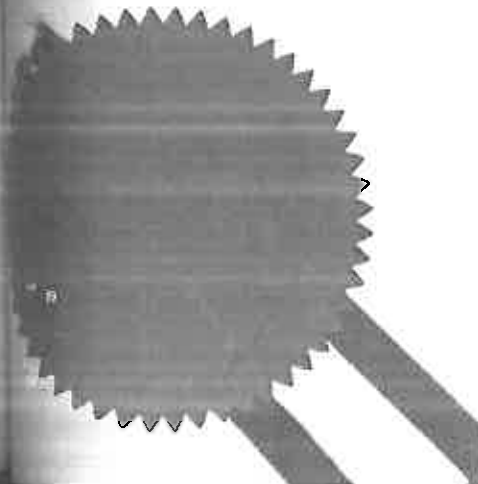


M.J. JELLE.

Adido Consular

Embaixada da África do Sul.

LISBOA, 25 de Julho de 2007.



"B"

Livro 41 Fls. 120
Doc. 114 Fls. 365
Data 3, 8, 2007

ESTATUTOS DA REPÚBLICA DA ÁFRICA DO SUL

CLASSIFICADOS E ANOTADOS

CAPÍTULO: SUCESSÃO

ÍNDICE

Página

Nota Preliminar.....

ESTATUTOS (CRONOLOGICAMENTE)

Lei Testamentária Nº 7 de 1953.....

Emenda à Lei Testamentária Nº 48 de 1958.....

Emenda à Lei Testamentária Nº 41 de 1965.....

Lei da Sucessão Intestada, Nº 81 de 1987

Emenda à Lei da Sucessão Nº 43 de 1992.....

ÍNDICE DE MATÉRIAS

REFERÊNCIAS A CASOS JULGADOS

REFERÊNCIAS A REGULAMENTOS, ETC. PUBLICADOS NAS GAZETTES DE REGULAMENTOS

7
9/1

ESTATUTOS DA REPÚBLICA DA ÁFRICA DO SUL - SUCESSÃO

SUCESSÃO

NOTA PRELIMINAR

Este capítulo contém Estatutos que tratam de assuntos relacionados com formalidades relativas à execução de testamentos e alterações à lei que regula a sucessão intestada.

A lei referente à sucessão é ainda substancialmente a lei geral.

Anteriormente à formação da União cada colónia aplicava a sua própria lei relativamente à execução de testamentos.

As principais Leis pré-União eram "Cape Ordinance (Ordenança do Cabo) Nº 15 de 1845", Leis do Natal Nº 2 de 1868, Nº 5 de 1868 e Nº 13 de 1869, "Orange Free State Ordinance" (Ordenança do Estado Livre de Orange) Nº 11 de 1904 e "Transvaal Ordinance (Ordenança do Transvaal) Nº 14 de 1903 conforme emendada pela Lei Nº 14 de 1920. Todas estas leis foram revogadas pela Lei Testamentária que estabeleceu uma legislação uniformizada para a República

Uma emendaq à lei geral, de extrema importância, no que se refere à interpretação de testamentos, encontra-se na secção 24 da Emenda à Lei Geral Nº 32 de 1952. (ver LEIS EMENDA À LEI GERAL).

Lei da Sucessão Nº 13 de 1934 conforme emendada pelas Leis Nº 35 de 1936, Nº 93 de 1962, Nº 44 de 1982 e Nº 88 de 1984 - Esta Lei concede a um cônjuge sobrevivente o direito a receber uma parte da herança do seu cônjuge que faleceu intestado.

Pela Lei Geral o cônjuge sobrevivente não tinha esse direito.

Esta Lei foi revogada pela Lei Nº 81 de 1987.

Lei Testamentária Nº 7 de 1953, conforme emendada pelas Leis Nº 48 de 1992, Nº 80 de 1964, Nº 41 de 1965 e Nº 43 de 1992 - Esta Lei consolida e emenda a lei relacionada com a execução de testamentos.

Lei da Sucessão Intestada Nº 81 de 1987, conforme emendada pelas Leis Nº 43 de 1992 e Nº 139 de 1992 - Esta Lei regula de novo a lei referente à sucessão intestada.

ESTATUTOS DA REPÚBLICA DA ÁFRICA DO SUL – SUCESSÃO

LEI TESTAMENTÁRIA

Nº 7 DE 1953

[Aprovada em 25 de Fevereiro de 1953]

[Data de entrada em vigor: 1 de Janeiro, 1954]

Texto em inglês assinado pelo Governador Geral

conforme emendada por

Lei Emenda à Lei Testamentária Nº 48 de 1958

Lei Emenda à Lei Geral Nº 80 de 1964

[em vigor a partir de 24 de Junho, 1964 –a menos que contrariamente indicado – ver capítulo

LEI EMENDA À LEI GERAL]

Emenda à Lei Testamentária Nº 41 de 1965

Lei Emenda à Lei da Sucessão Nº 43 de 1992

LEI

Para consolidar e emendar a lei relativa à execução de testamentos

1. Definições – Nesta Lei, a menos que de outro modo indicado no contexto, -

“**emenda**” significa uma anulação, um aditamento, uma alteração ou interlineação;

[Definição de “emenda” inserida pela s. 2(a) da Lei Nº 43 de 1992]

“**Testemunha competente**” significa uma pessoa 14 anos ou mais que, na altura em que testemunha um testamento não é incompetente para testemunhar em tribunal;

“**Tribunal**” significa uma delegação provincial ou local do Supremo Tribunal da África do Sul ou do Supremo Tribunal do Sudoeste Africano ou qualquer dos respectivos juízes;

“**anular**” significa anulação, cancelamento, ou obliteração qualquer que seja a forma pela qual é efectuada, excluindo a anulação, cancelamento ou obliteração que contemplem a revogação total do testamento;

[Definição de “anular” inserida pela s.2 (b) da Lei Nº43 de 1992]

“**lei interna**” significa a lei de um estado ou território, excluindo a lei internacional privada do estado ou território;

[Definição de “lei interna” inserida pela s.2 (c) da Lei Nº 43 de 1992]

“**Master**” significa um Master, Master Delegado ou Master Assistente do Supremo Tribunal nomeado de acordo com a secção 2 da Lei da Administração dos Estados, 1965 (Lei Nº 66 de 1965);

[Definição de "Master" substituída pela s.2 (d) da Lei Nº 43 de 1992]

"assinar" inclui a inserção de iniciais (rubrica) e, somente no caso de um testador, a aposição de uma marca, e "assinatura" tem o significado correspondente;

[Definição de "assinar" substituída pela s.2 (e) da lei Nº 43 de 1992]

"testamento" inclui um codicilo ou qualquer outro texto testamentário escrito.

2. Formalidades necessárias à execução de um testamento. – (1) Sujeito às provisões da secção 3bis –

(a) Não será válido nenhum testamento executado no, ou após o primeiro dia de Janeiro de 1954, a menos que –

- (i) o testamento seja assinado no fim do mesmo pelo testador ou por qualquer outra pessoa na sua presença e por sua indicação; e
- (ii) tal assinatura seja feita pelo testador ou por essa outra pessoa ou seja reconhecida pelo testador e, se feita por essa outra pessoa, também por essa outra pessoa na presença de duas ou mais testemunhas competentes presentes na mesma altura; e
- (iii) tais testemunhas atestem e assinem o testamento na presença do testador e de cada uma e, se o testamento é assinado por tal pessoa, também na presença de dessa outra pessoa; e
- (iv) o testamento consista de mais de uma página, cada página para além da página final, seja também assinada pelo testador ou pela tal outra pessoa em qualquer local da página; e

[Sub-parag. (iv) emendado pela s.20 (a) da Lei Nº 80 de 1964 e substituído pela s.3 (b) da Lei Nº43 de 1992]

se o testamento for assinado pelo testador pela aposição de uma marca, ou por qualquer outra pessoa na presença e sob as instruções do testador, um commissioner of oaths/notário/notário atesta que certificou à identidade do testador e que o testamento assinado dessa forma é a vontade do testador, e cada página do testamento, excluindo a página na qual está a sua certificação, é também assinada, em qualquer local desta, pelo commissioner of oaths/notário que devidamente o certifica: Desde que –

(aa) o testamento seja assinado na presença do commissioner of oaths/notário de acordo com os termos dos sub-parágrafos (i), (iii) e (iv) e que o referido certificado seja emitido o mais brevemente possível depois do testamento ter sido assinado dessa forma; e

(bb) se o testador morrer depois do testamento ter sido assinado nos termos do sub-parágrafo (i), (iii) e (iv) mas antes do commissioner of oaths/notário ter emitido o referido certificado, o commissioner of oaths/notário emitirá ou completará então esse certificado o mais depressa possível, e assinará todas as páginas do testamento, excluindo a página na qual aparece a sua certificação.

[Sub-parág. (v) emendado pela s. 1 (a) da Lei Nº 48 de 1958 e substituído pela s.20 (b) da Lei Nº 80 de 1964 e pela s.3 (c) da Lei Nº 43 de 1992].

(b) Não será válida nenhuma emenda a um testamento executada na, ou após a dita data, e feita depois da sua execução, a menos que-

- (i) a emenda seja identificada pela assinatura do testador ou pela assinatura da tal outra pessoa, feita na sua presença e conforme sua indicação; e
- (ii) tal assinatura seja feita pelo testador ou pela outra pessoa ou seja reconhecida pelo testador e, se feita pela tal outra pessoa, também por outra pessoa, na presença de duas ou mais testemunhas competentes presentes na altura; e
- (iii) a emenda seja ainda identificada pelas assinaturas de tais testemunhas feitas na presença do testador e, se a emenda tiver sido identificada pela assinatura da tal outra pessoa, também na presença dessa tal pessoa; e
- (iv) se a emenda está identificada/autenticada pela marca do testador ou pela assinatura de qualquer outra pessoa feita na sua presença e de acordo com as suas indicações, um commissioner of oaths/notário certifica, no testamento, que se considerou satisfeito quanto à identidade do testador e que a emenda foi feita por ele ou a seu pedido: Desde que –

(aa) a emenda seja identificada na presença do commissioner of oaths/notário nos termos dos sub-parágrafos (i) e (iii) e o respectivo certificado será emitido o mais cedo possível após a emenda ter sido devidamente identificada/autenticada; e

(bb) se o testador morrer depois da emenda ter sido identificada/autenticada nos termos dos sub-parágrafos (i) e (iii) mas antes do commissioner of oaths/notário ter feito a devida certificação, este deverá, o mais cedo possível emitir ou completar o seu certificado.

[Sub-s.(1) emendada pela s.1 da Lei Nº 41 de 1965 e pela s.3 (a) da Lei Nº 43 de 1992, Parág. (b) emendado pela s.3(a) da Lei Nº43 de 1992. Sub-parág (iv) emendado pela s.1(b) da Lei Nº 48 de 1958 e substituído pela s.3(c) da Lei Nº43 de 1992.]

(2) Qualquer emenda feita num testamento efectuado depois da dita data, será considerado, para efeitos da subsecção (1), a menos que o contrário seja provado, como tendo sido feita depois do testamento ser executado.

[Sub-sec (2) substituída pela s.(3)(f) da Lei Nº 43 de 1992]

(3) Se um tribunal se considera satisfeito que um documento ou a emenda a um documento rascunhado ou executado pela pessoa que tenha morrido depois da preparação ou execução desse rascunho, era efectivamente o seu testamento ou uma emenda ao seu testamento, o tribunal ordenará ao "Master" que aceite esse documento, ou considere o documento como emendado, para os fins da Lei da Administração de Heranças, 1965 (Lei nº 66 de 1965), como um testamento, embora este não cumpra com todas as formalidades da execução e emenda de testamentos referida na subsecção (1).

[Sub-s. (3) aditada pela s.3 (g) da Lei Nº 43 de 1992]

(4) o certificado de um commissioner of oaths/notário referido na subsecção (1) (a) (v) ou (b)(iv) pode ser emitido no formulário referido na Tabela 1 ou 2, conforme o caso.

[Sub-s. (4) aditada pela s. 3 (g) da Lei Nº 43 de 1992]

2A. Poder do tribunal para declarar um testamento revogado – Se o tribunal estiver convicto de que o testador tenha:

- (a) feito uma declaração por escrito no seu testamento, ou, antes da sua morte, tenha ordenado que tal declaração fosse feita;
- (b) efectuado qualquer outro acto relativo ao seu testamento ou, antes da sua morte, tenha mandado efectuar tal acto, o que é aparente em face do testamento; ou

- (c) rascunhado um outro documento ou, antes da sua morte, tenha ordenado a redacção desse rascunho,

pelo qual tencionava revogar o seu testamento, ou parte do seu testamento, o tribunal declarará revogado o testamento ou a parte deste em causa.

[S.2A inserida pela s.4 da Lei Nº 43 de 1992]

2B Efeitos de um divórcio ou anulação de um casamento sobre um testamento – Se qualquer pessoa morrer dentro de um período de três meses após o seu casamento ter sido dissolvido, por divórcio ou anulação por um tribunal competente e essa pessoa tiver feito um testamento antes da data dessa dissolução, esse testamento será implementado da mesma forma em que seria implementado se o seu anterior cônjuge tivesse morrido antes da data da dissolução em causa, a menos que seja evidente no testamento que o testador tencionava beneficiar o seu anterior cônjuge apesar da dissolução do seu casamento.

[S.2B inserida pela s.4 da Lei Nº 43 de 1992]

2C Cônjuge sobrevivente e descendentes de certas pessoas com direito a beneficiar nos termos do testamento – (1) Se qualquer descendente de um testador, exceptuando um descendente menor ou doente mental, que conjuntamente com o cônjuge sobrevivente do testador, tenha direito a beneficiar, de acordo com os termos do testamento, renunciar aos seus direitos a receber tal benefício, este reverterá para o cônjuge sobrevivente.

(2) Se o descendente de um testador, quer como membro de uma classe ou não, tivesse direito, se fosse vivo na altura da morte do testador, a um benefício sob o clausulado de um testamento, ou não tiver sido desclassificado da herança, ou não tiver renunciado, depois da morte do testador, ao seu direito de receber tal benefício, os descendentes desse descendente terão direito, sujeito às provisões da subsecção (1), *per stirpes*, ao benefício a menos que o contexto do testamento estipule outra forma.

2D Interpretação de testamentos – (1) Na interpretação de um testamento, a menos que o contexto indique o contrário, -

- (a) uma criança adoptada será considerada como filho biológico do seu pai/mãe ou pais adoptivo(s) e para determinar o seu relacionamento com o testador ou com outra pessoa para fins de um testamento, como filho do seu pai/mãe ou pais adoptivos e não como filho dos seus pais biológicos ou de qualquer outro adoptante ou adoptantes anteriores, excepto no caso de um pai/mãe biológico que é que é também pai/mãe adoptivo da criança em causa ou que se casou com o adoptante da criança em questão na altura da adopção;
- (b) o facto de qualquer pessoa ser filho de pais solteiros será ignorado, para efeitos de um testamento, aquando da determinação da sua relação com o testador ou com outra pessoa;
- (c) qualquer benefício, destinado aos filhos de uma pessoa, ou aos membros de uma classe de pessoas, mencionado no testamento atribuirá aos filhos dessa pessoa ou aos membros dessa classe de pessoas que estejam vivas na altura da atribuição do benefício ou que tenham já sido concebidas e mais tarde nasçam vivas.

(2) Na aplicação desta secção “testamento” significa qualquer documento escrito por uma pessoa que através deste dispõe do seu património ou de parte dele para depois da sua morte.

[S. 2D inserida pela s.4 da Lei Nº 43 de 1992]

3.....

[S.3 revogada pela s.5 da Lei Nº 43 de 1992]

3bis - Validade de certos testamentos executados de acordo com a lei interna de certos estados - (1)
Um testamento, executado quer antes ou depois da entrada em vigor desta secção,

- (a) não será inválido por meras razões do seu formulário, desde que esse formulário esteja de acordo com a lei interna de um estado ou território -
- (i) no qual o testamento foi executado;
- (ii) no qual o testador estava, na altura da execução do testamento ou por altura do seu falecimento, domiciliado ou residindo habitualmente; ou
- (iii) do qual o testador era cidadão, na altura da execução do testamento ou da sua morte;
- (b) na medida em que se dispõe de propriedade imobiliária nele incluída, não ser invalidado apenas por razões de formulário, desde que esse formulário esteja de acordo com a lei interna do estado ou do território no qual essa propriedade está situada.
- (c) na medida em que qualquer poder nele conferido, por qualquer instrumento, seja exercido, ou um dever imposto por qualquer instrumento seja executado, não será invalidado meramente com base no seu formulário, se tal formulário estiver de acordo com a lei interna do estado ou do território no qual tal instrumento foi executado.
- (d) na medida em que revoga um testamento ou parte de um testamento o qual em virtude do estipulado no parágrafo (a), (b) ou (c) não é inválido, e não será invalidado por meras razões de formulário deste que este obedeça à lei interna referida no parágrafo nos termos da qual o testamento revogado não é inválido;
- (e) Não será inválido por meras razões de formulário se foi executado a bordo de um navio ou avião e esse formulário está de acordo com a lei interna do estado ou território no qual estava registado o navio ou avião na altura de tal execução, ou com o qual tinha na altura ligações mais estreitas,

(2) Qualquer requisito da lei interna de qualquer outro estado ou território nos termos do qual um testador de uma idade ou nacionalidade específicas ou que tenha qualquer outra qualificação pessoal, deve obedecer a formalidades especiais para a execução de um testamento, ou como testemunha de um testamento tenha que possuir certas qualificações, será interpretado como um requisito respeitante apenas à forma.

(3) Se estiverem em vigor em qualquer estado ou território dois ou mais sistemas de lei interna relacionados com a formulação de testamentos, a lei interna a ser aplicada para os fins desta secção será a lei interna determinada de acordo com qualquer regra relevante em vigor no estado ou território em questão ou, se ali não vigorar tal regra, a lei interna à qual o testador estava mais intimamente ligado na altura da sua morte, se o caso tiver que ser determinado por referência às circunstâncias preponderantes quando da sua morte, ou na altura da execução do testamento em qualquer outro caso.

(4) As provisões desta secção não se aplicarão com respeito a:

- (a) um testamento que não seja por escrito feito por um cidadão sul africano; e
- (b) um testamento feito por uma pessoa que faleceu antes da entrada em vigor desta secção.

(5) As provisões desta secção não afectarão a validade de um testamento que, se não fosse por estas provisões, seria válido.

4. **Competência para fazer um testamento** – Qualquer pessoa com mais de dezasseis anos pode fazer testamento a menos que, na altura de fazer o testamento, esteja mentalmente incapaz de compreender a natureza e efeitos de tal acto, e o ónus da prova de que estava, à altura, mentalmente incapacitada, recairá sobre a pessoa que tal declarar,

4A Competência das pessoas envolvidas na execução de um testamento – (1) Qualquer pessoa que ateste e assine um testamento como testemunha, ou que assine um testamento na presença e por indicação do testador, ou que redija o testamento ou qualquer parte deste pelo seu próprio punho, e a pessoa que é o cônjuge de tal pessoa na altura da execução do testamento, será desqualificada de receber qualquer benefício desse testamento.

(2) Independentemente das provisões da subsecção (1) –

(a) o tribunal pode declarar uma pessoa ou seu cônjuge referidos na subsecção (1) competente para receber benefício de um testamento se o tribunal estiver convencido de que a pessoa ou o seu cônjuge não defraudaram ou de qualquer forma influenciaram indevidamente o testador quando da execução do testamento;

(b) a pessoa ou o seu cônjuge que, nos termos da lei relacionada com a sucessão intestada teriam direito a herdar do testador se este tiver morrido intestado, não serão por isso desqualificadas de receber um benefício desse testamento: Desde que o valor do benefício que a pessoa em causa ou o seu cônjuge receber, não exceda o valor da parte a que essa pessoa ou o seu cônjuge teriam direito nos termos da lei relacionada com a sucessão intestada;

(c) uma pessoa, ou o seu cônjuge, que testemunhe e assine um testamento como testemunha não será por isso desqualificada para receber um benefício desse testamento se o testamento em causa tiver sido testemunhado e assinado por mais duas testemunhas competentes que não receberão qualquer benefício do referido testamento.

(3) Para os fins das subsecções (1) e (2) (a) e (c), a nomeação em testamento de qualquer pessoa como executor, *trustee*, ou tutor será considerada como um benefício do referido testamento a ser recebido por tal pessoa.

[S. 4A inserida pela s. 7 da Lei Nº 43 de 1992]

5.....

[S. 5 revogada pela s.8 da Lei Nº 43 de 1992]

6.....

[S.6 revogada pela s.8 da Lei Nº 43 de 1992]

7. Revogação de leis – As leis especificadas na Tabela 3 são por este meio revogadas no que se refere à quarta coluna da Tabela: Desde que as leis assim revogadas se continuem a aplicar no que respeita a qualquer testamento executado antes do dia 1 de Janeiro de 1954.

[S.7 substituída pela s. 9 da Lei Nº 43 de 1992]

8.....

[S.8 substituída pela s. 21 da Lei Nº 80 de 1964 com efeitos a partir de 1 de Janeiro, 1954

e revogada pela s. 10 da Lei Nº 43 de 1992]

9. Título resumido e data de entrada em vigor – Esta Lei será chamada Lei Testamentária, 1953 e entrará em vigor no dia 1 de Janeiro de 1954.

Livro 41 Fls. 120
Doc. 114 Fls. 273
Data 3, 8, 2007

Tabela 1

[Tabela 1 inserida pela s.11 da Lei N° 43 de 1992]

Certificado nos termos da secção 2 (1) (a) (v)

Eu (nome completo).....

de (endereço completo).....

na minha capacidade como commissioner of oaths/notário, certifico que me satisfiz quanto à identidade do testador

(nome completo).....

e de que o testamento junto é a vontade do testador,

Assinatura:.....

Commissioner of oaths/notário

Capacidade

Local

Data.

11
8/8

ESTATUTOS DA REPÚBLICA DA ÁFRICA DO SUL – SUCESSÃO

Lei Testamentária Nº 7 de 1953

Tabela 2

[Tabela 2 inserida pea s.11 da Lei Nº 43 de 1992.]

Certificado nos termos da secção 2(1) (b) (iv)

12

91

Eu, (nome completo).....
 de (endereço completo).....
 na minha capacidade de commissioner of oaths/notário/notário certifico que estou satisfeito em relação à
 identidade do testador (nome completo).....
 e que a(s) alteração (ções) a este testamento foi/foram feitas a pedido do testador.

Assinatura
 Commissioner of oaths/notário

Capacity

Local.....

Data

Tabela 3

LEIS REVOGADAS

Província ou União	Nº e Ano da Lei	Título ou Assunto da Lei	Extensão da Revogação
Cabo da Boa Esperança	Ordenança Nº 15 de 1845	Execução de testamentos	Na medida em que não esteja revogada
	Lei Nº 22 de 1878	Lei das Testemunhas atestantes, 1878	O total exceptuando secção dois na medida em que se aplica a procurações
	Lei Nº 3 de 1878	Emenda à Lei de Atestação de Testamentos 1878	O total
Natal	Ordenança Nº 1 de 1856	Disposições Testamentárias de cidadãos da Grã-Bretanha e Irlanda nascidos na Província de Natal	O total
	Lei Nº 2 de 1868	Execução de Testamentos e Codicilos	O total
Estado Livre de Orange	Ordenança Nº 11 de 1904	Execução de Testamentos e outros Instrumentos Testamentários	Secções um a cinco inclusive e secções sete e dez na medida em que estas duas últimas se aplicam a testamentos
Sudoeste Africano Transvaal	Proclamação Nº23 de 1920	Proclamação de Testamentos, 1920	Tudo
	Ordenança Nº 14 de 1903	Ordenança de Testamentos de 1903	Tudo
União	Lei Nº 14 de 1920	Lei de Emenda de 1920 à Ordenança de Testamentos de 1903 (Transvaal)	Tudo

ESTATUTOS DA REPÚBLICA DA ÁFRICA DO SUL – SUCESSÃO

LEI DE EMENDA À LEI TESTAMENTÁRIA

Nº 48 DE 1958

[Aprovada em 26 de Setembro, 1958]

[Em vigor a partir de: 3 de Outubro, 1958]

(Texto em inglês assinado pelo Governador-Geral)

13
24

LEI

Para emenda da Lei Testamentária, 1953

1. Emenda a secção 2 da Lei Testamentária, Nº 7 de 1953.
2. **Aplicável também ao Sudoeste Africano.** – Esta Lei será também aplicável no território do Sudoeste Africano.
3. **Título Resumido.** – Esta Lei será designada por Lei de Emenda à Lei Testamentária, 1958.

ESTATUTOS DA REPÚBLICA DA ÁFRICA DO SUL – SUCESSÃO

LEI DE EMENDA À LEI TESTAMENTÁRIA

Nº 41 DE 1965

[Aprovada em 2 de Abril, 1965]

[Em vigor a partir de: 4 de Dezembro, 1970]

(Texto em afrikaans assinado pelo Chefe do Estado)

14
9

LEI

Para emenda da Lei Testamentária, 1953

1. Emenda a secção 2 (1) da Lei Testamentária, Nº 7 de 1953, substituindo as palavras que precedem o parágrafo (a)
2. Insere a secção 3 bis da Lei Testamentária, Nº 7 de 1953.
3. **Título Resumido e entrada em vigor** – Esta Lei será designada por Lei de Emenda à Lei Testamentária, 1965, e entrará em vigor em data a ser fixada pelo Presente do Estado por proclamação na *Gazette*.

ESTATUTOS DA REPÚBLICA DA ÁFRICA DO SUL – SUCESSÃO

LEI DA SUCESSÃO INTESTADA

Nº 81 DE 1987

[Aprovada em 30 de Setembro de 1987]

[Em vigor a partir de: 18 de Março de 1988]

(Texto em inglês assinado pelo Chefe do Estado)

conforme emendada

Lei de Emenda à Lei da Sucessão, Nº 43 de 1992

LEI

Para regulamentar de novo a lei relativa à sucessão; e para dar provisão a assuntos relacionados.

1. **Sucessão intestada** – (1) Se após a entrada em vigor desta Lei uma pessoa (doravante referida como o “falecido”) morrer intestado, no total ou em parte, e –
- (a) lhe sobreviver o cônjuge, mas não um descendente, esse cônjuge herdará a herança intestada;
 - (b) lhe sobreviver um descendente, mas não o cônjuge, esse descendente herdará a herança intestada;
 - (c) lhe sobreviver o cônjuge assim como um descendente –
 - (i) esse cônjuge herdará a parte de um filho da herança intestada ou uma parte da herança intestada que não exceda em valor o montante fixado de tempo a tempo pelo Ministro da Justiça por nota inserida na *Gazette*, herdando aquela que foi maior; e
 - (ii) tal descendente herdará o residual (se o houver) da herança intestada;
 - (d) não lhe sobreviver cônjuge ou descendente, mas lhe sobreviverem –
 - (i) ambos os seus progenitores, esses progenitores herdarão a herança intestada em partes iguais; ou
 - (ii) um dos progenitores, esse progenitor sobrevivente herdará metade da herança intestada e os descendentes do progenitor falecido a outra metade, e não havendo tais descendentes que tenham sobrevivido ao falecido, o progenitor sobrevivente herdará a herança intestada; ou
 - (e) não lhe sobreviverem cônjuge, ou descendente ou progenitor, mas lhe sobreviverem –
 - (i) os seguintes –
 - (aa) descendentes de sua falecida mãe, que tenham parentesco com o falecido apenas pelo seu lado, bem como descendentes do seu falecido pai, que tenham parentesco com o falecido apenas pelo seu lado; ou
 - (bb) descendentes de seus falecidos progenitores que tenham parentesco com o falecido através de ambos esses progenitores; ou
 - (cc) quaisquer dos descendentes mencionados no subparágrafo (aa) assim como quaisquer dos descendentes mencionados no subparágrafo (bb),
 - a herança intestada será dividida em partes iguais e os descendentes aparentados com o falecido através da falecida mãe herdarão metade da herança e os descendentes aparentados com o falecido através do falecido pai herdarão a outra metade da herança; ou
 - (ii) apenas descendentes de um dos falecidos progenitores do falecido que têm parentesco com o falecido apenas através desse progenitor, esses descendentes herdarão a herança intestada;

- (f) se não lhe sobreviver cônjuge, descendente, ou um descendente de um progenitor, os outros parentes de sangue ou parentes de sangue do falecido que tenham o grau mais próximo de parentesco, herdarão a herança intestada em partes iguais.

(2) Não obstante as provisões de qualquer lei ou da lei comum, mas sujeito às provisões desta Lei e da secção 5 (2), da Lei do Estatuto das Crianças, 1987, a ilegitimidade não afecta a capacidade de um parente de sangue herdar a herança intestada de outro parente de sangue.

(3) A nota mencionada na subsecção 1 (c) (i) não será aplicável em relação à herança intestada de uma pessoa que tenha falecido antes da data dessa nota.

(4) Na aplicação desta secção-

- (a) em relação aos descendentes do falecido e descendentes de um progenitor do falecido, a divisão do património será feita *per stirpes*, e será permitida representação;
(b) "herança intestada" inclui qualquer parte da herança que não é transmitida em virtude de testamento, ou a que não se aplique a secção 23 da Lei de Administração de Negros, 1927 (Lei Nº 38 de 1927);
(c)

[Parág. (c) anulado pela s. 14 (a) da Lei Nº 43 de 1992.]

(d) o grau de parentesco entre parentes de sangue do falecido e o falecido -

- (i) na linha directa, será igual ao número de gerações entre o antepassado e o falecido ou o descendente e o falecido (conforme o caso);
(ii) na linha colateral, será igual ao número de gerações entre os parentes de sangue e o antepassado comum mais próximo, mais o número de gerações entre um tal antepassado e o falecido;

(e) um filho adoptado será considerado -

(i) como sendo descendente do seu progenitor ou progenitores adoptivos.

(ii) como não sendo descendente de seu progenitor ou progenitores biológicos, excepto no caso de um progenitor biológico que é também progenitor adoptivo desse filho ou que era, na altura da adopção, casado com o progenitor adoptivo do filho; e

(f) a parte de um filho, em relação à herança intestada do falecido será calculada dividindo o valor monetário da herança por um número igual ao número de filhos do falecido que lhe sobreviveram ou que morreram antes dele mas que deixaram descendentes, mais um.

(5) Se um filho adoptado em termos da subsecção (4) (e) é considerado como descendente do seu progenitor adoptivo, ou é considerado como não sendo descendente do seu progenitor biológico, o progenitor adoptivo em causa será considerado como antepassado desse filho, ou será considerado como não sendo um antepassado do filho, conforme o caso.

(6) Se um descendente de um falecido, excluindo um menor ou descendente doente mental o qual, junto com o cônjuge sobrevivente do falecido, tem direito a benefício da herança intestada renuncia ao seu direito a receber esse benefício, esse benefício será atribuído ao cônjuge sobrevivente.

[Sub-s.(6) aditada pela s. 14 (b) da Lei nº 43 de 1992]

(7) Se uma pessoa é desqualificada como herdeira da herança intestada do falecido ou renuncia a esse direito de herdar, qualquer benefício que receberia se não tivesse sido desqualificada, ou não tivesse renunciado ao seu direito, será, sujeito às provisões da subsecção (6), transferido como se essa pessoa tivesse morrido imediatamente antes do falecido e, se aplicável, como se ele não tivesse desse modo sido desqualificado.

[Sub-s. (7) aditada pela s. 14 (b) da Lei nº 43 de 1992]


2. Revogação de leis. - As leis especificadas na Tabela são por esta forma revogadas na medida discriminada na terceira coluna da Tabela.

3. Título resumido e entrada em vigor. - Esta Lei será denominada Lei da Sucessão Intestada, 1987 e entrará em vigor em data a ser fixada pelo Chefe do Estado por proclamação na *Gazette*.

Livro 41 Fls. 120
 Doc. 114 Fls. 379
 Data 9, 8, 2007

Tabela
Leis Revogadas

Nº e ano da lei	Título, assunto ou cabeçalho	Extensão da revogação
A Ordenança Política de 1 de Abril 1580 ("Groot Placaet-Boek", Part 1)	"Ordonnantie van die Policien binnen Hollandt »	Secções 19 a 28, inclusive
Interpretação de 13 Maio 1594 "Groot Placaet-Boek" Part 1	"Verklaringe van de Heeren Staten van Hollandt en de Wes- Vrieslandt op de Ordonnantie van de Successien	Tudo
Octrooi of 10 Janeiro 1661 ("Groot Placaet-Boek", Part 2)	"Octroy, by haer Hoogh Mog; Verleent aende Oost Indische Compagnie deser Landen op 't recht van de Successien <i>ab</i> <i>intestato</i> in Oost Indien ende op de reyse gints ende herwaersts"	Tudo
Lei Nº 13 de 1934	Lei da Sucessão 1934	Tudo
Lei Nº 93 de 1962	Lei de Emenda Adicional à Lei Geral	Secção 15
Lei Nº 44 de 1982	Lei de Emenda à Sucessão 1982	Tudo
Lei Nº 88 de 1984	Lei da Propriedade Matrimonial 1984	Secção 27

77


ESTATUTOS DA REPÚBLICA DA ÁFRICA DO SUL

LEI DE EMENDA À LEI SUCESSÓRIA

Nº 43 DE 1992

(APROVADA EM 7 DE ABRIL, 1992)

[ENTRADA EM VIGOR: 1 DE OUTUBRO, 1992]

(*Texto em Afrikaans assinado pelo Chefe do Estado*)

conforme emendas da

Lei de Emendas à Lei Geral, Nº 139 de 1992
[em vigor a partir de 1 de Outubro, 1992 – ver Capítulo LEIS DE EMENDA À LEI GERAL]

LEI

Em emenda à Lei de Emendas à Lei Geral, 1952, de modo a revogar uma certa provisão; para emendar a Lei Testamentária, 1953, de modo a definir ou a melhor definir certas expressões; para regular de forma mais completa as formalidades para a execução de testamentos; para contemplar casos em que tais formalidades não sejam cumpridas; para outorgar a um tribunal o poder de declarar a revogação de um testamento; para regulamentar o efeito de um divórcio ou da anulação de um casamento sobre um testamento; para providenciar a atribuição de certos benefícios do testamento do testador ao cônjuge sobrevivente, ou aos descendentes de certas pessoas; para providenciar a interpretação de testamentos em certos casos; para revogar a provisão de testamento de um soldado; para mais completamente regulamentar a competência de certas pessoas para receberem um benefício ao abrigo de um testamento ou serem nomeadas como executor; para revogar a aplicação da Lei ao Sudoeste Africano; e para prover a forma de preparação de certos certificados; para emendar a Lei da Administração de Heranças, 1965 de modo a regulamentar de modo mais completo certos poderes e funções do "Master" em relação a testamentos; para emendar a Lei da Sucessão Intestada, 1987 por forma a atribuir certos benefícios de herança intestada ao cônjuge sobrevivente ou descendentes de certas pessoas; e para providenciar em matérias relacionadas.

1. Revoga a secção 24 da Lei de Emenda à Lei Geral, Nº 32 de 1952.
2. Emenda a secção 1 da Lei Testamentária, Nº 7 de 1953 conforme segue: - o parágrafo (a) insere a definição de "emenda"; o parágrafo (b) insere a definição de "anulação"; o parágrafo (c) insere a definição "lei interna"; o parágrafo (d) substitui a definição de "Master"; e o parágrafo (e) substitui a definição de "assinar".
3. Emenda a secção 2 da Lei Testamentária, Nº 7 de 1953, como segue: o parágrafo (a) substitui as palavras que antecedem a subsecção (1) (a); o parágrafo (b) substitui a subsecção (1) (a) (iv); o parágrafo (c) substitui a subsecção (1) (a) (v); o parágrafo (d) substitui a expressão "emenda" pela expressão "anulação, aditamento, alteração ou interlineação" onde quer que ocorra na subsecção (1) (b); o parágrafo (e) substitui a subsecção (1) (b) (iv); o parágrafo (f) substitui a subsecção (2); e o parágrafo (g) acrescenta as subsecções (3) e (4).
4. Insere as secções 2A, 2B, 2C e 2D na Lei Testamentária, Nº 7 de 1953.
5. Revoga a secção 3 da Lei Testamentária, Nº 7 de 1953.
6. Emenda a secção 3bis da Lei Testamentária, Nº 7 de 1953, substituindo a expressão "lei interna" pela expressão "lei" onde quer que ocorra.
7. Insere a secção 4A na Lei Testamentária, Nº 7 de 1953.
8. Revoga as secções 5 e 6 da Lei Testamentária, Nº 7 de 1953.
9. Substitui a secção 7 da Lei Testamentária, Nº 7 de 1953.
10. Revoga a secção 8 da Lei Testamentária, Nº 7 de 1953.
11. Insere as Tabelas 1 e 2 na Lei Testamentária, Nº 7 de 1953, tornando-se a Tabela existente a Nº 3.

18
04

12. *Emenda a secção 8 da Lei de Administração de Heranças, N° 66 de 1965, inserindo as subsecções (4A) and (4B).*
13. *Emenda a secção 54 (1) (b) da Lei de Administração de Heranças, N° 66 de 1965, substituindo o sub-parágrafo (i).*
14. *Emenda a secção 1 da Lei da Sucessão Intestada, N° 81 de 1987 como segue; - o parágrafo (a) anula a subsecção (4) (c); e o parágrafo (b) acrescenta as subsecções (6) e (7).*

[Parág. (b) emendado pela s. 32 da Lei N° 139 de 1992.]

15. **Cláusula de transição.** – As provisões desta Lei, e sujeito às provisões da secção 7 da Lei Testamentária, 1953 (Lei N° 7 de 1953), não são aplicáveis a um testamento cujo testador tenha morrido antes da entrada em vigor desta Lei.
16. **Título resumido e entrada em vigor.** – Esta Lei será designada por Lei de Emenda à Lei da Sucessão, 1992, e entrará em vigor em data a ser fixada pelo Chefe do Estado por proclamação na *Gazette*.

19
91

ESTATUTOS DA REPÚBLICA DA ÁFRICA DO SUL - SUCESSÃO

SUCESSÃO

TABELA ALFABÉTICA DE CASOS

Nota. - O ano de relato do caso é dado apenas após o nome do caso. A citação completa do caso é dada nas "Referências a Casos Decididos".

NOME DO CASO	Nº LEI E ANO	SECÇÃO Nº
A		
Arendse v. The Master and Others, 1963	7/1953	2 (1) (a)
Aufrichtig, E. p., 1979	7/1953	2 (1) (a)
B		
Biolovich and Others, v. The Master and Another, 1992	81/1987	1(4) (c)
Bosch, v. Nel en Andere, 1992	7/1953	2(1) (a) (ii)
Bowes v. Friedlander, N. O., and Others, 1982	7/1953	2(1) (a)
Burton-Moore and Others, vs. The Master, 1983	7/1953	6
C		
Cartoulis, <i>Ex parte</i> 1974	7/1953	2(1) (a)
Comley v. Comley and Ors., 1957	7/1953	2(1) (a)
D		
Davies, Estate, <i>E.p.</i> 1957	7/1953	2(1) (a)
Dempers and Others v. The Master and Others (1), 1977	7/1953	2(1) (a) (iii)
Dugmore Estate, <i>E.p.</i> , 1945	13/1934	1 (1)
E		
Essop v. Mustapha and Essop, N.N.O., and Others, 1988	7/1953	4
F		
Frylinck and Others v. The Master and Others, 1976	7/1953	2(1) (a) (v)
G		
Gantsho v. Gantsho and Others, 1986	7/1953	2(1) (a) (v)
Geldenhuis v. Borman, N.O. and Others, 1990	7/1953	4
Goldman & Kalmer, NN.O., <i>E.p.</i> , 1965	7/1953	2(1) (a) (iv)
H		
Harpur N.O. v. Govindamall and Another, 1993	7/1953	2(1) (a), 2(1) (a) (i) 2(1) (a) (ii) 2(1) (a) (iii) 2(1) (a) (iv)
Hawkins, <i>Ex Parte</i> , 1974	7/1953	2(1) (a)
J		
Jackson, N.O., <i>Ex parte: In re Estate Miller</i> , 1991	7/1953	2(1) (iv)
Jeffrey v. The Master and Others, 1990	7/1953	2(1) (a) (v)
Jennett, N.O., <i>in re</i> , 1976	7/1953	2(1) (a) (v)
Jhajbhal & Others v. Master and Another, 1971	7/1953	2(1) (a)
K		
Kidwell v. The Master and Another, 1983	7/1953	2(1) (a) (i)
L		
Leitao v. The Master and Others, 1981	7/1953	2(1) (a) (v)
Leprosy Mission and Others, v. Master of the Supreme Court and Another N.O., 1972	7/1953	2(1) (a)
Le Roux v. Die Meester, 1976	7/1953	2(1) (a) (v)
Liebenberg, v. The Master, 1992	7/1953	2(1) (a) (iv)
M		
Macgillivray's Will, <i>In re</i> , 1943	13/1934	1 (1)
Mehrl and Another, NN.O. v. The Master and Others, 1984	7/1953	2(1) (a) (iv)
Methodist Church of S.A. v. The Master and Ano., 1962	7/1953	2 (1) (a)
Michaelis <i>Ex parte</i> , 1975	7/1953	-
Moskowitz and Another v. The Master and Others, 1976	7/1953	2 (1) (b)
N		
Naidoo v. Chellamma and Others, 1972	7/1953	2 (1) (a)
Naidu and Another, <i>E.p.</i> , 1958	7/1953	2 (1) (a)

20

Livro 41 Fis. 120
 Doc. 914 Fis. 983
 Data 3, 8, 2007

Nel, <i>E.p.</i> , 1955	7/1953	2 (1) (a)
O		
Oldfield v. The Master, 1971	7/1953	2 (1) (a)
P		
Phillip and Another v. The Master and Others, 1980	7/1953	2 (1) (a) 2(1) (a)(v)
R		
Radley en 'n Ander v. Stopforth en' Ander, 1976	7/1953	2(1) (a) (v)
Radley en 'n Ander v. Stopforth en' Ander, 1977	7/1953	2(1) (a) (v)
Ramsumer N.O. v. The Master (NPD) and Others, 1978	13/1934	1 (1) (a)
Reynolds, <i>in re</i> Estate, 1956	7/1953	7
Ridley, N.O. v. Registrar of Deeds, Natal, 1988	7/1953	5
Roberts and Another v. The Master, 1975	7/1953	2(1) (a) (v)
S		
Singh, <i>E.p.</i> 1981	7/1953	2(1) (a) (iv)
Soobramoney and Ors. v. Moohoo and Ors, 1957	7/1953	2(1) (a)
Sookoo, <i>E.p.</i> : <i>In re</i> Estate Dularie, 1960	7/1953	2(1) (a)
Soonaram v. The Master and Others, 1971	7/1953	2(1) (a)
Stemmet v. Die Meester en Andere, 1957	7/1953	2(1) (a)
Suknanan and Ano., <i>E.p.</i> 1959	7/1953	2(1) (a)
T		
Tshabalala v. Tshabalala, 1980	7/1953	2 (1) (a) (v)
Tutor Dative Dove's Minor Children v. Estate Dove, 1937	13/1934	1 (1)
V		
Van Huissteen v. Die Meester, 1975	7/1953	2 (1) (a) (v)
Volschenk v. Die Meester en Andere, 1958	7/1953	2(1) (a)
W		
Wehmeyer v. Nel en 'n Ander, 1976	7/1953	2(1) (a) (iv)

21
dy

ESTATUTOS DA REPÚBLICA DA REPÚBLICA DA ÁFRICA DO SUL

FOLHA DE CONTROLO PARA O CAPÍTULO SUCESSÃO

ORDEM DE SERVIÇO Nº28 1994

As seguintes páginas novas ou de substituição são por esta enviadas. As páginas a serem substituídas devem ser retiradas da pasta e destruídas ou guardadas como o assinante preferir. Sugere-se que quaisquer Leis Principais que tenham sido retiradas sejam guardadas para efeitos de referência.

1701/1702, 1717/1718, 1801/1802.

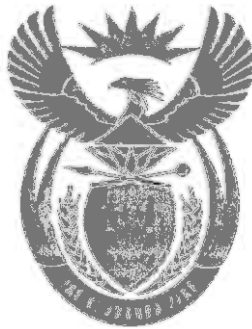
As páginas abaixo enumeradas indicam o conteúdo total do capítulo "Sucessão" após terem sido inseridas as páginas da Ordem de Serviço Nº28. O número da Ordem de Serviço aparece no canto inferior esquerdo da página. Esta Folha de Controlo tem que ser arquivada no início do capítulo "Sucessão".

Página	Ordem	Página	Ordem	Página	Ordem
1/2.....	(27)	69/72.....	(26) (supp.)	1701/1702.....	(28)
5/6.....	(26)	73/74.....	(21)	1711/1712.....	(13)
31/44.....	(26) (supp.)	95/98.....	(26) (supp.)	1717/1718.....	(28)
51/52.....	(1)			1727/1728.....	(27)
53/54.....	(5)	1601/1602.....	(21)	1801/1802.....	(28)
				1901/1902.....	(27)

As seguintes páginas ou estão em branco, ou foram retiradas ou não foram publicadas: 3/4, 7/30, 45/50, 55/68, 75/94, 99/1600, 1603/1700, 1703/1710, 1713/1716, 1719/1726, 1729/1800, 1803/1900.

22

[Handwritten signature]



Livro 41 Fls. 120
Doc. 114 Fls. 985
Data 3, 8, 2007

**SOUTH AFRICAN EMBASSY
EMBAIXADA DA ÁFRICA DO SUL**

Av. Luis Blvar, Nº 10, 1069-024, Lisboa, Portugal, Tel: (351) 21 319 22 00 Fax: (351) 21 353 57 13

23
Qy

Ref: CONS/1/1

Certifico como sendo uma cópia fiel das leis em vigor sobre sucessão na República da África do Sul.

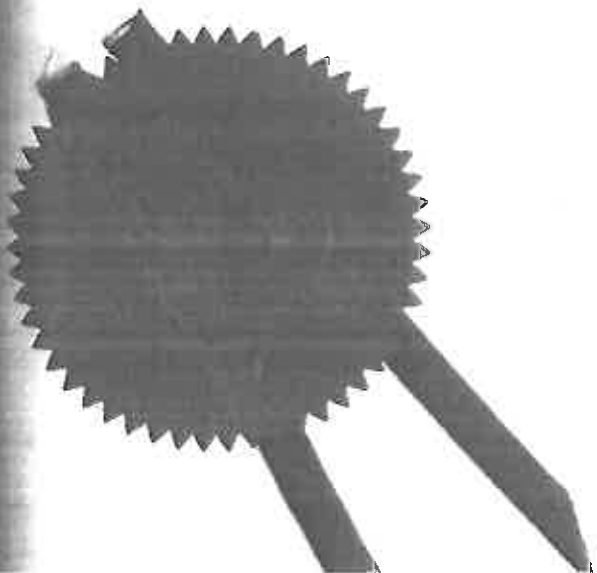
Em testemunho do que assino e afixo qui o sêlo oficial da Embaixada da República da África do Sul em Lisboa.


M.J. JELLE.

Adido Consular.

Embaixada da Africa do Sul.

LISBOA, 18 de Julho de 2007.



11 A 11

Livro 41 Fis. 120
Doc. 114 Fis. 386
Data 3, 8, 2007

STATUTES OF THE REPUBLIC OF SOUTH AFRICA
CLASSIFIED AND ANNOTATED

TITLE: SUCCESSION

TABLE OF CONTENTS

	PAGE
PRELIMINARY NOTE	5
STATUTES (CHRONOLOGICAL)—	
Wills Act, No. 7 of 1953	31
Wills Amendment Act, No. 48 of 1958	51
Wills Amendment Act, No. 41 of 1965	53
Intestate Succession Act, No. 81 of 1987	69
Law of Succession Amendment Act, No. 43 of 1992	95
SUBJECT MATTER INDEX	1601
REFERENCES TO DECIDED CASES	1701
REFERENCES TO REGULATIONS, ETC. PUBLISHED IN REGULATION GAZETTES	1901

SUCCESSION

PRELIMINARY NOTE

This title contains Statutes dealing with the formalities relating to the execution of wills and dealing with modifications of the law relating to intestate succession.

The law relating to succession is still largely the common law.

Prior to the establishment of the Union each of the colonies had its own laws relating to the execution of wills.

The main pre-Union Acts were Cape Ordinance No. 15 of 1845, Natal Laws No. 2 of 1868, No. 5 of 1868 and No. 13 of 1869, Orange Free State Ordinance No. 11 of 1904 and Transvaal Ordinance No. 14 of 1903 as amended by Act No. 14 of 1920. All these laws were repealed by the Wills Act which Established a uniform law for the Republic.

A very important amendment to the common law in regard to the interpretation of wills is to be found in section 24 of the General Law Amendment Act, No. 32 of 1952. (See under the GENERAL LAW AMENDMENT ACTS.)

Succession Act, No. 13 of 1934, as amended by Acts No. 35 of 1936, No. 93 of 1962, No. 44 of 1982 and No. 88 of 1984.—This Act gives the right to a surviving spouse to succeed to a share in the estate of his or her deceased spouse who dies intestate.

At common law a surviving spouse had no such right.

This Act was repealed by Act No. 81 of 1987.

Wills Act, No. 7 of 1953, as amended by Acts No. 48 of 1958, No. 80 of 1964, No. 41 of 1965 and No. 43 of 1992.—This Act consolidated and amended the law relating to the execution of wills.

Intestate Succession Act, No. 81 of 1987, as amended by Acts No. 43 of 1992 and No. 139 of 1992.—This Act regulates anew the law relating to intestate succession.

STATUTES OF THE REPUBLIC OF SOUTH AFRICA — SUCCESSION

**WILLS ACT
NO. 7 OF 1953**

[ASSENTED TO 25 FEBRUARY, 1953] [DATE OF COMMENCEMENT: 1 JANUARY, 1954]

(English text signed by the Governor-General)

as amended by

Wills Amendment Act, No. 48 of 1958

General Law Amendment Act, No. 80 of 1964

[with effect from 24 June, 1964 unless otherwise indicated—see title
GENERAL LAW AMENDMENT ACTS]

Wills Amendment Act, No. 41 of 1965

Law of Succession Amendment Act, No. 43 of 1992

ACT

To consolidate and amend the law relating to the execution of wills.

1. **Definitions.**—In this Act, unless the context otherwise indicates—

“**amendment**” means a deletion, addition, alteration or interlineation;
[Definition of “amendment” inserted by s. 2 (a) of Act No. 43 of 1992.]

“**competent witness**” means a person of the age of fourteen years or over who at the time he witnesses a will is not incompetent to give evidence in a court of law;

“**Court**” means a provincial or local division of the Supreme Court of South Africa or the High Court of South-West Africa or any judge thereof;

“**deletion**” means a deletion, cancellation or obliteration in whatever manner effected, excluding a deletion, cancellation or obliteration that contemplates the revocation of the entire will;
[Definition of “deletion” inserted by s. 2 (b) of Act No. 43 of 1992.]

“**internal law**” means the law of a state or territory, excluding the rules of the international private law of that state or territory;
[Definition of “internal law” inserted by s. 2 (c) of Act No. 43 of 1992.]

“**Master**” means a Master, Deputy Master or Assistant Master of the Supreme Court appointed under section 2 of the Administration of Estates Act, 1965 (Act No. 66 of 1965);
[Definition of “Master” substituted by s. 2 (d) of Act No. 43 of 1992.]

“**sign**” includes the making of initials and, only in the case of a testator, the making of a mark and “**signature**” has a corresponding meaning;
[Definition of “sign” substituted by s. 2 (e) of Act No. 43 of 1992.]

“**will**” includes a codicil and any other testamentary writing.

2. Formalities required in the execution of a will.—(1) Subject to the provisions of section 3*bis*—

- (a) no will executed on or after the first day of January, 1954, shall be valid unless—
- (i) the will is signed at the end thereof by the testator or by some other person in his presence and by his direction; and
 - (ii) such signature is made by the testator or by such other person or is acknowledged by the testator and, if made by such other person, also by such other person, in the presence of two or more competent witnesses present at the same time; and
 - (iii) such witnesses attest and sign the will in the presence of the testator and of each other and, if the will is signed by such other person, in the presence also of such other person; and
 - (iv) if the will consists of more than one page, each page other than the page on which it ends, is also signed by the testator or by such other person anywhere on the page; and

[Sub-para. (iv) amended by s. 20 (a) of Act No. 80 of 1964 and substituted by s. 3 (b) of Act No. 43 of 1992.]

- (v) if the will is signed by the testator by the making of a mark or by some other person in the presence and by the direction of the testator, a commissioner of oaths certifies that he has satisfied himself as to the identity of the testator and that the will so signed is the will of the testator, and each page of the will, excluding the page on which his certificate appears, is also signed, anywhere on the page, by the commissioner of oaths who so certifies: Provided that—

(aa) the will is signed in the presence of the commissioner of oaths in terms of subparagraphs (i), (iii) and (iv) and the certificate concerned is made as soon as possible after the will has been so signed; and

(bb) if the testator dies after the will has been signed in terms of subparagraphs (i), (iii) and (iv) but before the commissioner of oaths has made the certificate concerned, the commissioner of oaths shall as soon as possible thereafter make or complete his certificate, and sign each page of the will, excluding the page on which his certificate appears;

[Sub-para. (v) amended by s. 1 (a) of Act No. 48 of 1958 and substituted by s. 20 (b) of Act No. 80 of 1964 and by s. 3 (c) of Act No. 43 of 1992.]

- (b) no amendment made in a will executed on or after the said date and made after the execution thereof shall be valid unless—
- (i) the amendment is identified by the signature of the testator or by the signature of some other person made in his presence and by his direction; and
 - (ii) such signature is made by the testator or by such other person or is acknowledged by the testator and, if made by such other person, also by some other person, in the presence of two or more competent witnesses present at the same time; and
 - (iii) the amendment is further identified by the signatures of such witnesses made in the presence of the testator and of each other and, if the amendment has been identified by the signature of such other person, in the presence also of such other person; and

STATUTES OF THE REPUBLIC OF SOUTH AFRICA — SUCCESSION
Wills Act, No. 7 of 1953
 ss. 2-2B

(iv) if the amendment is identified by the mark of the testator or the signature of some other person made in his presence and by his direction, a commissioner of oaths certifies on the will that he has satisfied himself as to the identity of the testator and that the amendment has been made by or at the request of the testator: Provided that—

(aa) the amendment is identified in the presence of the commissioner of oaths in terms of subparagraphs (i) and (iii) and the certificate concerned is made as soon as possible after the amendment has been so identified; and

(bb) if the testator dies after the amendment has been identified in terms of subparagraphs (i) and (iii) but before the commissioner of oaths has made the certificate concerned, the commissioner of oaths shall as soon as possible thereafter make or complete his certificate.

[Sub-s. (1) amended by s. 1 of Act No. 41 of 1965 and by s. 3 (a) of Act No. 43 of 1992. Para. (b) amended by s. 3 (d) of Act No. 43 of 1992. Sub-para. (iv) amended by s. 1 (b) of Act No. 48 of 1958 and substituted by s. 3 (e) of Act No. 43 of 1992.]

(2) Any amendment made in a will executed after the said date shall for the purposes of subsection (1) be presumed, unless the contrary is proved, to have been made after the will was executed.

[Sub-s. (2) substituted by s. 3 (f) of Act No. 43 of 1992.]

(3) If a court is satisfied that a document or the amendment of a document drafted or executed by a person who has died since the drafting or execution thereof, was intended to be his will or an amendment of his will, the court shall order the Master to accept that document, or that document as amended, for the purposes of the Administration of Estates Act, 1965 (Act No. 66 of 1965), as a will, although it does not comply with all the formalities for the execution or amendment of wills referred to in subsection (1).

[Sub-s. (3) added by s. 3 (g) of Act No. 43 of 1992.]

(4) The certificate of a commissioner of oaths referred to in subsection (1) (a) (v) or (b) (iv) may be in the form set out in Schedule 1 or 2, as the case may be.

[Sub-s. (4) added by s. 3 (g) of Act No. 43 of 1992.]

2A. Power of court to declare a will to be revoked.—If a court is satisfied that a testator has—

- (a) made a written indication on his will or before his death caused such indication to be made;
- (b) performed any other act with regard to his will or before his death caused such act to be performed which is apparent from the face of the will; or
- (c) drafted another document or before his death caused such document to be drafted,

by which he intended to revoke his will or a part of his will, the court shall declare the will or the part concerned, as the case may be, to be revoked.

[S. 2A inserted by s. 4 of Act No. 43 of 1992.]

2B. Effect of divorce or annulment of marriage on will.—If any person dies within three months after his marriage was dissolved by a divorce or annulment by a competent court and that person executed a will before the date of such dissolution, that will shall be implemented in the same manner as it would have been implemented if his previous spouse had died before the date of the dissolution concerned, unless it appears from the will that the testator intended to benefit his previous spouse notwithstanding the dissolution of his marriage.

[S. 2B inserted by s. 4 of Act No. 43 of 1992.]

2C. Surviving spouse and descendants of certain persons entitled to benefits in terms of will.—(1) If any descendants of a testator, excluding a minor or a mentally ill descendant, who, together with the surviving spouse of the testator, is entitled to a benefit in terms of a will renounces his right to receive such benefit, such benefit shall vest in the surviving spouse.

(2) If a descendant of the testator, whether as a member of a class or otherwise, would have been entitled to a benefit in terms of the provisions of a will if he had been alive at the time of death of the testator, or had not been disqualified from inheriting, or had not after the testator's death renounced his right to receive such a benefit, the descendants of that descendant shall, subject to the provisions of subsection (1), *per stirpes* be entitled to the benefit, unless the context of the will otherwise indicates.

[S. 2C inserted by s. 4 of Act No. 43 of 1992.]

2D. Interpretation of wills.—(1) In the interpretation of a will, unless the context otherwise indicates—

- (a) an adopted child shall be regarded as being born from his adoptive parent or parents and, in determining his relationship to the testator or another person for the purposes of a will, as the child of his adoptive parent or parents and not as the child of his natural parent or parents or any previous adoptive parent or parents, except in the case of a natural parent who is also the adoptive parent of the child concerned or who was married to the adoptive parent of the child concerned at the time of the adoption;
- (b) the fact that any person was born out of wedlock shall be ignored in determining his relationship to the testator or another person for the purposes of a will;
- (c) any benefit allocated to the children of a person, or to the members of a class of persons, mentioned in the will shall vest in the children of that person or those members of the class of persons who are alive at the time of the devolution of the benefit, or who have already been conceived at that time and who are later born alive.

(2) In the application of this section "will" means any writing by a person whereby he disposes of his property or any part thereof after his death.

[S. 2D inserted by s. 4 of Act No. 43 of 1992.]

3.

[S. 3 repealed by s. 5 of Act No. 43 of 1992.]

3bis. Validity of certain wills executed in accordance with the internal law of certain other states.—(1) A will, whether executed before or after the commencement of this section, shall—

- (a) not be invalid merely by reason of the form thereof, if such form complies with the internal law of the state or territory—
 - (i) in which the will was executed;
 - (ii) in which the testator was, at the time of the execution of the will or at the time of his death, domiciled or habitually resident;
 - (iii) of which the testator was, at the time of the execution of the will or at the time of his death, a citizen;
- (b) so far as immovable property is disposed of therein, not be invalid merely by reason of the form thereof, if such form complies with the internal law of the state or territory in which that property is situate;

STATUTES OF THE REPUBLIC OF SOUTH AFRICA — SUCCESSION
Wills Act, No. 7 of 1953

ss. 3bis-4A

ss. 3bis-4A

- (c) so far as therein a power conferred by any instrument is exercised or a duty imposed by any instrument is performed, not be invalid merely by reason of the form thereof, if such form complies with the internal law of the state or territory in which such instrument was executed;
- (d) so far as it revokes a will or a portion of a will which by virtue of the provisions of paragraph (a), (b) or (c) is not invalid, not be invalid merely by reason of the form thereof, if such form complies with the internal law referred to in the paragraph in terms of which the revoked will or portion is not invalid;
- (e) not be invalid merely by reason of the form thereof, if it was executed on board a vessel or aircraft and such form complies with the internal law of the state or territory in which such vessel or aircraft was registered at the time of such execution, or with which it was otherwise most closely connected at that time.

(2) Any requirement of the internal law of any other state or territory in terms of which a testator of a particular age or nationality or having any other personal qualification is to observe special formalities in the execution of a will, or a witness to a will is to possess certain qualifications, shall be construed as a requirement relating to form only.

(3) If there are in force in any state or territory two or more systems of internal law relating to the form of wills, the internal law to be applied for the purposes of this section shall be the internal law determined in accordance with any relevant rule in force in the state or territory in question or, if there is no such rule in force therein, the internal law with which the testator was most closely connected at the time of his death, if the matter is to be determined by reference to the circumstances prevailing at his death, or at the time of the execution of the will in any other case.

(4) The provisions of this section shall not apply in respect of—

(a) a will made by a South African citizen otherwise than in writing; and

(b) a will made by a person who died before the commencement of this section.

(5) The provisions of this section shall not affect the validity of a will which but for such provisions would be valid.

[S. 3bis inserted by s. 2 of Act No. 41 of 1965 and amended by s. 6 of Act No. 43 of 1992.]

4. Competency to make a will.—Every person of the age of sixteen years or more may make a will unless at the time of making the will he is mentally incapable of appreciating the nature and effect of his act, and the burden of proof that he was mentally incapable at that time shall rest on the person alleging the same.

4A. Competency of persons involved in execution of will.—(1) Any person who attests and signs a will as a witness, or who signs a will in the presence and by direction of the testator, or who writes out the will or any part thereof in his own handwriting, and the person who is the spouse of such person at the time of the execution of the will, shall be disqualified from receiving any benefit from that will.

(2) Notwithstanding the provisions of subsection (1)—

- (a) a court may declare a person or his spouse referred to in subsection (1) to be competent to receive a benefit from a will if the court is satisfied that that person or his spouse did not defraud or unduly influence the testator in the execution of the will;

(b) a person or his spouse who in terms of the law relating to intestate succession would have been entitled to inherit from the testator if that testator has died intestate shall not be thus disqualified to receive a benefit from that will: Provided that the value of the benefit which the person concerned or his spouse receives, shall not exceed the value of the share to which that person or his spouse would have been entitled in terms of the law relating to intestate succession;

(c) a person or his spouse who attested and signed a will as a witness shall not be thus disqualified from receiving a benefit from that will if the will concerned has been attested and signed by at least two other competent witnesses who will not receive any benefit from the will concerned.

(3) For the purposes of subsections (1), and (2) (a) and (c), the nomination in a will of a person as executor, trustee or guardian shall be regarded as a benefit to be received by such person from that will.

[S. 4A inserted by s. 7 of Act No. 43 of 1992.]

5.

[S. 5 repealed by s. 8 of Act No. 43 of 1992.]

6.

[S. 6 repealed by s. 8 of Act No. 43 of 1992.]

7. **Repeal of laws.**—The laws specified in Schedule 3 are hereby repealed to the extent set forth in the fourth column of the Schedule: Provided that the laws so repealed shall continue to apply in respect of any will executed before the first day of January, 1954.

[S. 7 substituted by s. 9 of Act No. 43 of 1992.]

8.

[S. 8 substituted by s. 21 of Act No. 80 of 1964 with effect from 1 January, 1954 and repealed by s. 10 of Act No. 43 of 1992.]

9. **Short title and date of commencement.**—This Act shall be called the Wills Act, 1953, and shall come into operation on the first day of January, 1954.

Schedule 1

[Schedule 1 inserted by s. 11 of Act No. 43 of 1992.]

Certificate in terms of section 2 (1) (a) (v)

I, (full name)
 of (full address)
 in my capacity as commissioner of oaths certify that I have satisfied myself as to the identity of the testator (full name)
 and that the accompanying will is the will of the testator,

Signature
 Commissioner of Oaths

Capacity

Place

Date

Schs. 2-3

Schs. 2-3

[Schedule 2 inserted by s. 11 of Act No. 43 of 1992.]

Certificate in terms of section 2 (1) (b) (iv)

in my capacity as commissioner of oaths certify that I have satisfied myself as to the identity of the testator
(full name)

and that the alterations(s) to this will was/were made by/at the request of the testator.

Capacity

Date

LAWS REPEALED

Province or Union	No. and Year of Law	Title or Subject of Law	Extent of Repeal
Cape of Good Hope	Ordinance No. 15 of 1845	Execution of Wills	So much as is unrepealed
"	Act No. 22 of 1876	Attesting Witnesses Act, 1876	The whole, excepting section two in so far as it applies to powers of attorney
"	Act No. 3 of 1878	Wills Attestation Amendment Act, 1878	The whole
Natal	Ordinance No. 1 of 1856	Testamentary dispositions of Natal-born subjects of Great Britain and Ireland	The whole
"	Law No. 2 of 1868	Execution of Wills and Codicils	The whole
Orange Free State	Ordinance No. 11 of 1904	Execution of Wills and other Testamentary Instruments Ordinance, 1904	Sections <i>one</i> to <i>five</i> inclusive and sections <i>seven</i> and <i>ten</i> in so far as the two last mentioned sections apply to wills
South-West Africa	Proclamation No. 23 of 1920	Wills Proclamation, 1920	The whole
Transvaal	Ordinance No. 14 of 1903	Wills Ordinance, 1903	The whole
Union	Act No. 14 of 1920	Wills Ordinance, 1903 (Transvaal) Amendment Act, 1920	The whole

STATUTES OF THE REPUBLIC OF SOUTH AFRICA — SUCCESSION

**WILLS AMENDMENT ACT
NO. 48 OF 1958**

[ASSENTED TO 26 SEPTEMBER, 1958]

[DATE OF COMMENCEMENT: 3 OCTOBER, 1958]

(English text signed by the Governor-General)

ACT

To amend the Wills Act, 1953.

1. Amends section 2 of the Wills Act, No. 7 of 1953.
 2. **Application to South-West Africa.**—This Act shall apply also in the territory of South-West Africa.
 3. **Short title.**—This Act shall be called the Wills Amendment Act, 1958.
-

**WILLS AMENDMENT ACT
NO. 41 OF 1965**

[ASSENTED TO 2 APRIL, 1965]

[DATE OF COMMENCEMENT: 4 DECEMBER, 1970]

(Afrikaans text signed by the State President)

ACT

To amend the Wills Act, 1953.

1. Amends section 2 (1) of the Wills Act, No. 7 of 1953, by substituting the words preceding paragraph (a).

2. Inserts section 3 *bis* in the Wills Act, No. 7 of 1953.

3. **Short title and commencement.**—This Act shall be called the Wills Amendment Act, 1965, and shall come into operation on a date to be fixed by the State President by proclamation in the *Gazette*.

INTESTATE SUCCESSION ACT
NO. 81 OF 1987

[ASSENTED TO 30 SEPTEMBER, 1987]

[DATE OF COMMENCEMENT: 18 MARCH, 1988]

(English text signed by the State President)

as amended by

Law of Succession Amendment Act, No. 43 of 1992

ACT

To regulate anew the law relating to intestate succession; and to provide for matters connected therewith.

1. Intestate succession.—(1) If after the commencement of this Act a person (hereinafter referred to as the “deceased”) dies intestate, either wholly or in part, and—

- (a) is survived by a spouse, but not by a descendant, such spouse shall inherit the intestate estate;
 - (b) is survived by a descendant, but not by a spouse, such descendant shall inherit the intestate estate;
 - (c) is survived by a spouse as well as a descendant—
 - (i) such spouse shall inherit a child's share of the intestate estate or so much of the intestate estate as does not exceed in value the amount fixed from time to time by the Minister of Justice by notice in the *Gazette*, whichever is the greater; and
 - (ii) such descendant shall inherit the residue (if any) of the intestate estate;
 - (d) is not survived by a spouse or descendant, but is survived—
 - (i) by both his parents, his parents shall inherit the intestate estate in equal shares; or
 - (ii) by one of his parents, the surviving parent shall inherit one half of the intestate estate and the descendants of the deceased parent the other half, and if there are no such descendants who have survived the deceased, the surviving parent shall inherit the intestate estate; or
 - (e) is not survived by a spouse or descendant or parent, but is survived—
 - (i) by—
 - (aa) descendants of his deceased mother who are related to the deceased through her only, as well as by descendants of his deceased father who are related to the deceased through him only; or
 - (bb) descendants of his deceased parents who are related to the deceased through both such parents; or
 - (cc) any of the descendants mentioned in subparagraph (aa), as well as by any of the descendants mentioned in subparagraph (bb),
- the intestate estate shall be divided into two equal shares and the descendants related to the deceased through the deceased mother shall inherit one half of the estate and the descendants related to the deceased through the deceased father shall inherit the other half of the estate; or

STATUTES OF THE REPUBLIC OF SOUTH AFRICA — SUCCESSION
Intestate Succession Act, No. 81 of 1987

Date 3, 8, 2007
 ss. 1-2

ss. 1-2

- (ii) only by descendants of one of the deceased parents of the deceased who are related to the deceased through such parent alone, such descendants shall inherit the intestate estate;
- (f) is not survived by a spouse, descendant, parent, or a descendant of a parent, the other blood relation or blood relations of the deceased who are related to him nearest in degree shall inherit the intestate estate in equal shares.
- (2) Notwithstanding the provisions of any law or the common law, but subject to the provisions of this Act and section 5 (2) of the Children's Status Act, 1987, illegitimacy shall not affect the capacity of one blood relation to inherit the intestate estate of another blood relation.
- (3) A notice mentioned in subsection (1) (c) (i) shall not apply in respect of the intestate estate of a person who died before the date of that notice.
- (4) In the application of this section—
- (a) in relation to descendants of the deceased and descendants of a parent of the deceased, division of the estate shall take place *per stirpes*, and representation shall be allowed;
- (b) "intestate estate" includes any part of an estate which does not devolve by virtue of a will or in respect of which section 23 of the Black Administration Act, 1927 (Act No. 38 of 1927), does not apply;
- (c) [Para. (c) deleted by s. 14 (a) of Act No. 43 of 1992.]
- (d) the degree of relationship between blood relations of the deceased and the deceased—
- (i) in the direct line, shall be equal to the number of generations between the ancestor and the deceased or the descendant and the deceased (as the case may be);
- (ii) in the collateral line, shall be equal to the number of generations between the blood relations and the nearest common ancestor, plus the number of generations between such ancestor and the deceased;
- (e) an adopted child shall be deemed—
- (i) to be a descendant of his adoptive parent or parents;
- (ii) not to be a descendant of his natural parent or parents, except in the case of a natural parent who is also the adoptive parent of that child or was, at the time of the adoption, married to the adoptive parent of the child; and
- (f) a child's portion, in relation to the intestate estate of the deceased, shall be calculated by dividing the monetary value of the estate by a number equal to the number of children of the deceased who have either survived him or have died before him but are survived by their descendants, plus one.
- (5) If an adopted child in terms of subsection (4) (e) is deemed to be a descendant of his adoptive parent, or is deemed not to be a descendant of his natural parent, the adoptive parent concerned shall be deemed to be an ancestor of the child, or shall be deemed not to be an ancestor of the child, as the case may be.
- (6) If a descendant of a deceased, excluding a minor or mentally ill descendant, who, together with the surviving spouse of the deceased, is entitled to a benefit from an intestate estate renounces his right to receive such a benefit, such benefit shall vest in the surviving spouse.
- [Sub-s. (6) added by s. 14 (b) of Act No. 43 of 1992.]
- (7) If a person is disqualified from being an heir of the intestate estate of the deceased, or renounces his right to be such an heir, any benefit which he would have received if he had not been so disqualified or had not so renounced his right shall, subject to the provisions of subsection (6), devolve as if he had died immediately before the death of the deceased and, if applicable, as if he was not so disqualified.
- [Sub-s. (7) added by s. 14 (b) of Act No. 43 of 1992.]
2. **Repeal of laws.**—The laws specified in the Schedule are hereby repealed to the extent set out in the third column of the Schedule.

36
 87

3. **Short title and commencement.**—This Act shall be called the Intestate Succession Act, 1987, and shall come into operation on a date to be fixed by the State President by proclamation in the *Gazette*.

Schedule

LAWS REPEALED

No. and year of law	Title, subject or heading	Extent of repeal
The Political Ordinance of 1 April 1580 ("Groot Placaet-Boek", Part 1)	"Ordonnantie van die Policien binnen Hollandt."	Sections 19 to 28, inclusive
Interpretation of 13 May 1594 ("Groot Placaet-Boek", part 1)	"Verklaringe van de Heeren Staten van Hollandt en de Wes-Vrieslandt op de Ordonnantie van de Successien."	The whole
Octrooi of 10 January 1661 ("Groot Placaet-Boek", Part 2)	"Octroy, by haer Hoogh Mog: Verleent aende Oost-Indische Compagnie deser Landen op 't recht van de Successien <i>ab intestato</i> in Oost-Indien, ende op de reyse gints ende herwaerts."	The whole
Act No. 13 of 1934	Succession Act, 1934	The whole
Act No. 93 of 1962	General Law Further Amendment Act, 1962	Section 15
Act No. 44 of 1982	Succession Amendment Act, 1982	The whole
Act No. 88 of 1984	Matrimonial Property Act, 1984	Section 27

37
81

**LAW OF SUCCESSION AMENDMENT ACT
NO. 43 OF 1992**

[ASSENTED TO 7 APRIL, 1992]

[DATE OF COMMENCEMENT: 1 OCTOBER, 1992]

*(Afrikaans text signed by the State President)***as amended by****General Law Amendment Act, No. 139 of 1992**

[with effect from 1 October, 1992—see title GENERAL LAW AMENDMENT ACTS]

ACT

To amend the General Law Amendment Act, 1952, so as to repeal a certain provision; to amend the Wills Act, 1953, so as to define or more closely define certain expressions; to further regulate the formalities in the execution of wills; to provide for cases where such formalities are not complied with; to grant a court the power to declare a will to be revoked; to regulate the effect of a divorce or the annulment of a marriage on a will; to provide for the vesting of certain benefits from the testator's will in the surviving spouse or the descendants of certain persons; to provide for the interpretation of wills in certain cases; to repeal the provision for a soldier's will; to further regulate the competency of certain persons to receive a benefit under a will or to be nominated as executor; to repeal the application of the Act to South West Africa; and to provide for the form in which certain certificates may be drawn up; to amend the Administration of Estates Act, 1965, so as to further regulate certain powers and functions of the Master in relation to wills; to amend the Intestate Succession Act, 1987, so as to provide for the vesting of certain benefits from an intestate estate in the surviving spouse or the descendants of certain persons; and to provide for matters connected therewith.

1. *Repeals section 24 of the General Law Amendment Act, No. 32 of 1952.*
2. *Amends section 1 of the Wills Act, No. 7 of 1953, as follows:—paragraph (a) inserts the definition of "amendment"; paragraph (b) inserts the definition of "deletion"; paragraph (c) inserts the definition of "internal law"; paragraph (d) substitutes the definition of "Master"; and paragraph (e) substitutes the definition of "sign".*
3. *Amends section 2 of the Wills Act, No. 7 of 1953, as follows:—paragraph (a) substitutes the words preceding subsection (1) (a); paragraph (b) substitutes subsection (1) (a) (iv); paragraph (c) substitutes subsection (1) (a) (v); paragraph (d) substitutes the expression "amendment" for the expression "deletion, addition, alteration or interlineation" wherever it occurs in subsection (1) (b); paragraph (e) substitutes subsection (1) (b) (iv); paragraph (f) substitutes subsection (2); and paragraph (g) adds subsections (3) and (4).*
4. *Inserts sections 2A, 2B, 2C and 2D in the Wills Act, No. 7 of 1953.*
5. *Repeals section 3 of the Wills Act, No. 7 of 1953.*
6. *Amends section 3bis of the Wills Act, No. 7 of 1953, by substituting the expression "internal law" for the expression "law" wherever it occurs.*

7. *Inserts section 4A in the Wills Act, No. 7 of 1953.*
8. *Repeals sections 5 and 6 of the Wills Act, No. 7 of 1953.*
9. *Substitutes section 7 of the Wills Act, No. 7 of 1953.*
10. *Repeals section 8 of the Wills Act, No. 7 of 1953.*
11. *Inserts Schedules 1 and 2 in the Wills Act, No. 7 of 1953, the existing Schedule becoming Schedule 3.*
12. *Amends section 8 of the Administration of Estates Act, No. 66 of 1965, by inserting subsections (4A) and (4B).*
13. *Amends section 54 (1) (b) of the Administration of Estates Act, No. 66 of 1965, by substituting subparagraph (i).*
14. *Amends section 1 of the Intestate Succession Act, No. 81 of 1987, as follows:—*
paragraph (a) deletes subsection (4) (c); and paragraph (b) adds subsections (6) and (7).
[Para. (b) amended by s. 32 of Act No. 139 of 1992.]
15. **Transitional clause.**—The provisions of this Act are, subject to the provisions of section 7 of the Wills Act, 1953 (Act No. 7 of 1953), not applicable to a will of which the testator died before the commencement of this Act.
16. **Short title and commencement.**—This Act shall be called the Law of Succession Amendment Act, 1992, and shall come into operation on a date fixed by the State President by proclamation in the *Gazette*.

39
87

STATUTES OF THE REPUBLIC OF SOUTH AFRICA—SUCCESSION

SUCCESSION

REFERENCES TO DECIDED CASES

WILLS ACT, No. 7 OF 1953

SECTION NO.	ANNOTATION
	Where the first five pages of a six-page will complied with the Act but the sixth did not, the first five pages were declared to be a valid will (<i>Ex parte Michaelis</i> , 1975 (2) S.A. 452 (W)).
2 (1) (a)	See <i>Comley v. Comley and Others</i> , 1957 (3) S.A. 401 (E); <i>Stemmet v. Die Meester en Andere</i> , 1957 (3) S.A. 404 (C); <i>Ex parte Estate Davies</i> , 1957 (3) S.A. 471 (N); <i>Soobramoney and Others v. Moothoo and Others</i> , 1957 (3) S.A. 707 (N); <i>Ex parte Naidu and Another</i> , 1958 (1) S.A. 719 (N); <i>Volschenk v. Die Meester en Andere</i> , 1958 (2) S.A. 363 (C); <i>Ex parte Suknaran and Another</i> , 1959 (2) S.A. 189 (N); <i>Methodist Church of S.A. v. The Master and Another</i> , 1962 (1) S.A. 144 (O); <i>The Leprosy Mission and Others v. Master of the Supreme Court and Another, N.O.</i> , 1972 (4) S.A. 173 (C); <i>Ex parte Cartoulis</i> , 1974 (2) S.A. 156 (C); <i>Ex parte Hawkins</i> , 1974 (3) S.A. 307 (E); <i>Ex parte Aufrichtig</i> , 1979 (4) S.A. 426 (D); <i>Philip and Another v. The Master and Others</i> , 1980 (2) S.A. 934 (D); <i>Bowes v. Friedlander, N.O., and Others</i> , 1982 (2) S.A. 504 (C); <i>Harpur N.O. v. Govindamall and Another</i> , 1993 (4) S.A. 751 (A). "Certifies", see <i>Oldfield v. The Master</i> , 1971 (3) S.A. 445 (N); <i>Soonaram v. The Master and Others</i> , 1971 (3) S.A. 598 (N); <i>Naidoo v. Chellamma and Others</i> , 1972 (4) S.A. 354 (D); <i>Arendse v. The Master and Others</i> , 1973 (3) S.A. 333 (C). Certification must be effected before testator's death (<i>Ex parte Nel</i> , 1955 (2) S.A. 133 (C)). See also <i>Ex parte Sookoo: In re Estate Dularie</i> , 1960 (4) S.A. 249 (D). Signature includes "a mark", <i>Ex parte Goldman & Kalmer, NN.O.</i> , 1965 (1) S.A. 464 (W); includes also printing of names by witnesses (<i>Jhajibhai & Others v. Master & Another</i> , 1971 (2) S.A. 370 (D); <i>Harpur N.O. v. Govindamall and Another</i> , 1993 (4) S.A. 751 (A)).
2 (1) (a) (i)	See <i>Kidwell v. The Master and Another</i> , 1983 (1) S.A. 509 (E); <i>Harpur N.O. v. Govindamall and Another</i> , 1993 (4) S.A. 751 (A).
2 (1) (a) (ii)	See <i>Bosch v. Nel en Andere</i> , 1992 (3) S.A. 600 (T); <i>Harpur N.O. v. Govindamall and Another</i> , 1993 (4) S.A. 751 (A).
2 (1) (a) (iii)	See <i>Dempers and Others v. The Master and Others (I)</i> , 1977 (4) S.A. 44 (S.W.A.); <i>Harpur N.O. v. Govindamall and Another</i> , 1993 (4) S.A. 751 (A).
2 (1) (a) (iv)	See <i>Wehmeyer v. Nel en 'n Ander</i> , 1976 (4) S.A. 966 (W); <i>Ex parte Singh</i> , 1981 (1) S.A. 793 (W); <i>Melvill and Another, NN.O. v. The Master and Others</i> , 1984 (3) S.A. 387 (C); <i>Ex parte Jackson, N.O.: In re Estate Miller</i> , 1991 (2) S.A. 586 (W); <i>Govindamall v. Munsami and Others</i> , 1992 (1) S.A. 676 (D); <i>Liebenberg v. The Master</i> , 1992 (3) S.A. 57 (D); <i>Harpur N.O. v. Govindamall and Another</i> , 1993 (4) S.A. 751 (A).
2 (1) (a) (v)	See <i>Roberts and Another v. The Master</i> , 1975 (4) S.A. 377 (W); <i>Van Huyssteen v. Die Meester</i> , 1975 (4) S.A. 449 (W); <i>Radley en 'n Ander v. Stopforth en 'n Ander</i> , 1976 (1) S.A. 378 (T); <i>In re Jennett, N.O.</i> , 1976 (1) S.A. 580 (A.D.); <i>Frylinck and Others v. The Master and Others</i> , 1976 (2) S.A. 151 (C); <i>Le Roux v. Die Meester</i> , 1976 (4) S.A. 74 (T); <i>Radley en 'n Ander v. Stopforth en 'n Ander</i> , 1977 (2) S.A. 516 (A.D.); <i>Tshabalala v. Tshabalala</i> , 1980 (1) S.A. 134 (O); <i>Philip and Another v. The Master and Others</i> , 1980 (2) S.A. 934 (D); <i>Leitao v. The Master and Others</i> , 1981 (1) S.A. 318 (W); <i>Gantsho v. Gantsho and Others</i> , 1986 (2) S.A. 321 (Tk.); <i>Jeffrey v. The Master and Others</i> , 1990 (4) S.A. 759 (N).
2 (1) (b)	See <i>Moskowitz and Another v. The Master and Others</i> , 1976 (1) S.A. 22 (C).
4	See <i>Essop v. Mustapha and Essop, NN.O., and Others</i> , 1988 (4) S.A. 213 (D); <i>Geldenhuy v. Borman, N.O., and Others</i> , 1990 (1) S.A. 161 (E).
5	See <i>Ridley, N.O. v. Registrar of Deeds, Natal</i> , 1988 (2) S.A. 262 (N).
6	See <i>Burton-Moore and Others v. The Master</i> , 1983 (4) S.A. 419 (N).
7	As to effect on Law 2 of 1868 (Natal) see <i>In re Estate Reynolds</i> , 1956 (1) S.A. 1 (N).

STATUTES OF THE REPUBLIC OF SOUTH AFRICA—SUCCESSION

SUCCESSION
REFERENCES TO DECIDED CASES

INTESTATE SUCCESSION ACT, No. 81 of 1987

SECTION No.	ANNOTATION
1 (4) (c)	See <i>Bielovich and Others v. The Master and Another</i> , 1992 (4) S.A. 736 (N).

49
84

SUCCESSION

SUBJECT MATTER INDEX

SUBJECT MATTER	ACT NO. AND YEAR	SECTION
I		
Intestate Succession Act		
intestate succession	81/1987	1
repeal of laws	81/1987	2
W		
Wills Act		
Act, this, application to South-West Africa	7/1953	8
competency to make a will	7/1953	4
competent witness. <i>see</i> witness		
definitions	7/1953	1
execution of a will, formalities required in	7/1953	2
in accordance with the laws of certain other states	7/1953	3bis
executor, witness cannot be nominated as	7/1953	6
formalities required in execution of a will	7/1953	2
repeal of laws	7/1953	7
soldiers' wills	7/1953	3
South-West Africa, application of Act to	7/1953	8
will, competency to make	7/1953	4
formalities required in execution	7/1953	2
soldier's	7/1953	3
validity of certain, executed in accordance with the laws of certain		
other states	7/1953	3bis
witness cannot benefit under	7/1953	5
witness cannot be nominated as executor, etc.	7/1953	6
cannot benefit under a will	7/1953	5
competent, definition	7/1953	1

42
 9/8/2007

WETTE VAN DIE REPUBLIEK VAN SUID-AFRIKA—ERFOPVOLGING
Alfabetiese Tabel van Sake

NAME OF CASE NAAM VAN SAAK	ACT NO. AND YEAR WET NO. EN JAAR	SECTION NO. ARTIKEL NO.
K		
Kidwell v. The Master and Another, 1983	7/1953	2 (1) (a) (i)
L		
Leitao v. The Master and Others, 1981	7/1953	2 (1) (a) (v)
Leprosy Mission and Others v. Master of the Supreme Court and Another, N.O., 1972	7/1953	2 (1) (a)
Le Roux v. Die Meester, 1976	7/1953	2 (1) (a) (v)
Liebenberg v. The Master, 1992	7/1953	2 (1) (a) (iv)
M		
Macgillivray's Will, <i>In re</i> , 1943	13/1934	1 (1)
Melrill and Another, NN.O. v. The Master and Others, 1984	7/1953	2 (1) (a) (iv)
Methodist Church of S.A. v. The Master and Ano., 1962	7/1953	2 (1) (a)
Michaelis, <i>Ex parte</i> , 1975	7/1953	—
Moskowitz and Another v. The Master and Others, 1976	7/1953	2 (1) (b)
N		
Naidoo v. Chellamma and Others, 1972	7/1953	2 (1) (a)
Naidu and Another, <i>E.p.</i> , 1958	7/1953	2 (1) (a)
Nel, <i>E.p.</i> , 1955	7/1953	2 (1) (a)
O		
Oldfield v. The Master, 1971	7/1953	2 (1) (a)
P		
Philip and Another v. The Master and Others, 1980	7/1953	2 (1) (a), 2 (1) (a) (v)
R		
Radley en 'n Ander v. Stopforth en 'n Ander, 1976	7/1953	2 (1) (a) (v)
Radley en 'n Ander v. Stopforth en 'n Ander, 1977	7/1953	2 (1) (a) (v)
Ramsumer N.O. v. The Master (NPD) and Others, 1978	13/1934	1 (1) (a)
Reynolds, <i>In re</i> Estate, 1956	7/1953	7
Ridley, N.O. v. Registrar of Deeds, Natal, 1988	7/1953	5
Roberts and Another v. The Master, 1975	7/1953	2 (1) (a) (v)
S		
Singh, <i>E.p.</i> , 1981	7/1953	2 (1) (a) (iv)
Soobramoney and Ors v. Moothoo and Ors, 1957	7/1953	2 (1) (a)
Sookoo, <i>E.p.</i> : <i>In re</i> Estate Dularie, 1960	7/1953	2 (1) (a)
Soonaram v. The Master and Others, 1971	7/1953	2 (1) (a)
Stemmet v. Die Meester en Andere, 1957	7/1953	2 (1) (a)
Suknanan and Ano., <i>E.p.</i> , 1959	7/1953	2 (1) (a)
T		
Tshabalala v. Tshabalala, 1980	7/1953	2 (1) (a) (v)
Tutor Dative Dove's Minor Children v. Estate Dove, 1937	13/1934	1 (1)
V		
Van Huyssteen v. Die Meester, 1975	7/1953	2 (1) (a) (v)
Volschenk v. Die Meester en Andere, 1958	7/1953	2 (1) (a)
W		
Wehmeyer v. Nel en 'n Ander, 1976	7/1953	2 (1) (a) (iv)

43
87

Livro 41 Fls. 120
Doc. 114 Fls. 396
Date 3, 8, 2002

WETTE VAN DIE REPUBLIEK VAN SUID-AFRIKA—ERFOPVOLGING

ERFOPVOLGING

VERWYSINGS NA REGULASIES, ENS.

WET WAARKRAGTENS UITGEVAARDIG	NO. VAN REGULASIEKOERANT	NO. VAN GOEWERMENTS- KENNISGEWING (P) = PROKLAMASIE	DATUM
43/1992 16		113(P)	24/9/92

44
24

STATUTES OF THE REPUBLIC OF SOUTH AFRICA—SUCCESSION
WETTE VAN DIE REPUBLIEK VAN SUID-AFRIKA—ERFOPVOLGING

SUCCESSION
ERFOPVOLGING

ALPHABETICAL TABLE OF CASES
ALFABETIESE TABEL VAN SAKKE

Note. — The year of reporting of the case is only given after the case name. The full case citation is given in the "References to Decided Cases".

Let Wel. — Alleen die jaar waarin verslag van die saak gedoen is, word na die saaknaam aangegee. Die saak word volledig in die „Verwysings na Besliste Sake” aangehaal.

NAME OF CASE NAAM VAN SAAK	ACT NO. AND YEAR WET NO. EN JAAR	SECTION NO. ARTIKEL NO.
A		
Arendse v. The Master and Others, 1973 Aufrechtig, <i>E.p.</i> , 1979	7/1953 7/1953	2 (1) (a) 2 (1) (a)
B		
Bielovich and Others v. The Master and Another, 1992 Bosch v. Nel en Andere, 1992 Bowes v. Friedlander, N.O., and Others, 1982 Burton-Moore and Others v. The Master, 1983	81/1987 7/1953 7/1953 7/1953	1 (4) (c) 2 (1) (a) (ii) 2 (1) (a) 6
C		
Cartoulis, <i>Ex parte</i> , 1974 Comley v. Comley and Ors., 1957	7/1953 7/1953	2 (1) (a) 2 (1) (a)
D		
Davies, Estate, <i>E.p.</i> 1957 Dempers and Others v. The Master and Others (1), 1977 Dugmore Estate, <i>E.p.</i> , 1945	7/1953 7/1953 13/1934	2 (1) (a) 2 (1) (a) (iii) 1 (1)
E		
Essop v. Mustapha and Essop, NN.O., and Others, 1988	7/1953	4
F		
Frylinck and Others v. The Master and Others, 1976	7/1953	2 (1) (a) (v)
G		
Gantsho v. Gantsho and Others, 1986 Geldenhuys v. Borman, N.O., and Others, 1990 Goldman & Kalmer, NN.O., <i>E.p.</i> , 1965 Govindamall v. Munsami and Others, 1992	7/1953 7/1953 7/1953 7/1953	2 (1) (a) (v) 4 2 (1) (a) 2 (1) (a) (iv)
H		
Harpur N.O. v. Govindamall and Another, 1993 Hawkins, <i>Ex parte</i> , 1974	7/1953 7/1953	2 (1) (a), 2 (1) (a) (i), 2 (1) (a) (ii), 2 (1) (a) (iii), 2 (1) (a) (iv) 2 (1) (a)
J		
Jackson, N.O., <i>Ex parte: In re Estate Miller</i> , 1991 Jeffrey v. The Master and Others, 1990 Jennett, N.O., <i>In re</i> , 1976 Jhajibhai & Others v. Master & Another, 1971	7/1953 7/1953 7/1953 7/1953	2 (1) (iv) 2 (1) (a) (v) 2 (1) (a) (v) 2 (1) (a)

Livr. 41 Fls. 120
 Loc. 114 Fls. 397
 Date 3/8/2002

STATUTES OF THE REPUBLIC OF SOUTH AFRICA
 WETTE VAN DIE REPUBLIEK VAN SUID-AFRIKA

CONTROL SHEET FOR TITLE *SUCCESSION*
 BEHEERSTUK VIR TITEL *ERFOPVOLGING*

46

SERVICE ISSUE NO. 28 / DIENSUITGAWE NO. 28

1994

The following new or replacement pages are forwarded herewith. The pages which are being replaced should be withdrawn from the binder and either destroyed or retained as the subscriber wishes. It is suggested that any Principal Acts which have been withdrawn should be retained for reference purposes.

Die volgende nuwe of vervangingsbladsye gaan hierby. Die bladsye wat vervang word, moet uit die binder verwyder en na keuse van die intekenaar vernietig of bewaar word. Daar word aan die hand gegee dat Hoofwette wat verwyder is, vir verwysingsdoeleindes bewaar moet word.

1701/1702, 1717/1718, 1801/1802.

The pages enumerated below indicate the full contents of the title "*Succession*" after the pages of Service Issue No. 28 have been inserted. The number of the Service Issue appears at the bottom left-hand corner of the page. This Control Sheet must be filed at the beginning of the title "*Succession*".

Die bladsye wat onder aangegee word, dui die volle inhoud van die titel „*Erfopvolging*” aan nadat die bladsye van Diensuitgawe No. 28 ingevoeg is. Die Diensuitgawenommer verskyn onder aan die linkerhoek van die bladsy. Hierdie Beheerstuk moet aan die begin van die titel „*Erfopvolging*” ingebind word.

Page Bladsy	(Issue) (Uitgawe)	Page Bladsy	(Issue) (Uitgawe)	Page Bladsy	(Issue) (Uitgawe)
1/2	(27)	69/72	(26)	1701/1702	(28)
5/6	(26)		(<i>supp./aanv.</i>)	1711/1712	(13)
31/44	(26)	73/74	(21)	1717/1718	(28)
	(<i>supp./aanv.</i>)	95/98	(26)	1727/1728	(27)
51/52	(1)		(<i>supp./aanv.</i>)	1801/1802	(28)
53/54	(5)	1601/1602	(21)	1901/1902	(27)

The following pages are either blank, have been withdrawn or have not been issued./Die volgende is of blanko blaaie, of is verwyder of nie uitgereik nie: 3/4, 7/30, 45/50, 55/68, 75/94, 99/1600, 1603/1700, 1703/1710, 1713/1716, 1719/1726, 1729/1800, 1803/1900.

STATUTES OF THE REPUBLIC OF SOUTH AFRICA — SUCCESSION

SUCCESSION

REFERENCES TO REGULATIONS, ETC.

ACT UNDER WHICH PROMULGATED	REGULATION GAZETTE NO.	GOVERNMENT NOTICE NO. (P) = PROCLAMATION	DATE
43/1992 16		113(P)	24/9/92

67
27

livro 41 Fis. 120
poc. 114 Fis. 398
date 3, 8, 2007

48
Q